BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro de 2026



PAUTAS-BOMBA AVANÇAM E PREJUÍZOS DOS MUNICÍPIOS SERÃO BILIONÁRIOS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

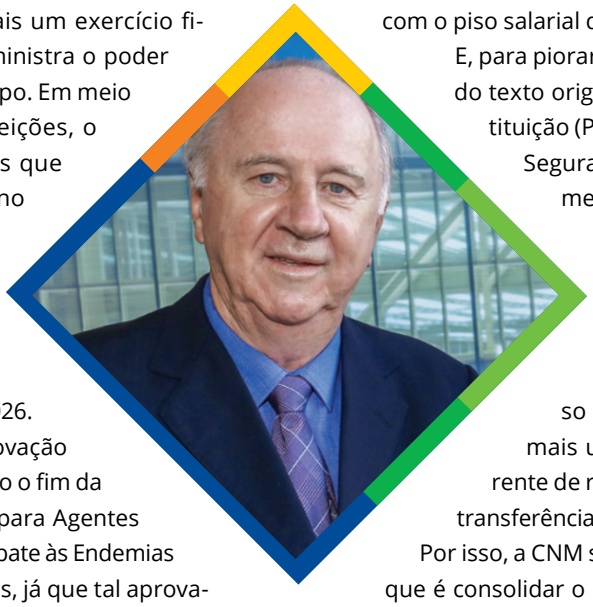
Nesta edição:

Protagonismo feminino e igualdade racial: práticas que transformam

Estudo da CNM mostra impacto de R$ 66,8 bi com tarifaço

Quase 7 milhões de brasileiros são afetados por desastres em mais de mil Municípios

Palavra do presidente



Estamos chegando ao fim de mais um exercício financeiro, e os desafios de quem administra o poder local aumentam com o passar do tempo. Em meio a um cenário de polarização nas eleições, o Congresso Nacional aprovou pautas que vão impactar diretamente o cotidiano dos Municípios. Desde o início do ano denunciamos que esses temas reforçam as preocupações do movimento municipalista com os caixas municipais já fragilizados com tantas pautas-bomba aprovadas em 2026.

A CNM não poupou críticas à aprovação dessas matérias a toque de caixa, como o fim da escala 6x1, a aposentadoria especial para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Combate às Endemias (ACE) e o piso salarial de farmacêuticos, já que tal aprovação deve trazer oneração bilionária nos próximos anos se não for definida a fonte de custeio adequada pelo governo federal.

De acordo com os cálculos da entidade, o custo total da redução da jornada laboral será de R$ 6,6 bilhões anuais, considerando R$ 1,49 bilhão de gastos com contratações diretas. Só os custos com funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviços aos Municípios devem ultrapassar R$ 5,14 bilhões por ano aos cofres públicos. A estimativa foi elaborada pela Confederação a partir de uma pesquisa feita com gestores locais.

Já o impacto da aposentadoria dos ACE e ACS deve chegar a R$ 70 bilhões nos cofres municipais nas próximas décadas, com custo anual de R$ 4,3 bilhões, ao agravar déficits previdenciários e comprometer a sustentabilidade fiscal dos Municípios.

Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 1.559/2021 terá impacto de R$ 309 milhões por ano para os caixas municipais com o piso salarial de R$ 6.500 para farmacêuticos.

E, para piorar o cenário, a possibilidade de avanço do texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, preocupa muito o movimento municipalista por barrar a atuação dos Municípios sem garantia de financiamento.

Diante de todas essas matérias, a CNM se posicionou e criticou firmemente as ações do Congresso Nacional e do governo federal, que mais uma vez consolidam a prática recorrente de repasse sistemático de obrigações e a transferência de responsabilidades aos Municípios.

Por isso, a CNM segue firme no seu principal objetivo, que é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar nossa entidade em referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

Nesta edição, evidenciamos o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Confederação com ações voltadas ao fortalecimento da gestão municipal a partir da produção de pesquisas e estudos técnicos nas diversas áreas de atuação dos Municípios, da orientação técnica e jurídica e do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas à modernização da gestão e à inclusão digital dos Municípios.

Município forte, Brasil forte!

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

/PortalCNM
@portalcnm
/TVPortalCNM
/PortalCNM
/PortalCNM

www.CNM.org.br



Estudos Técnicos

Fim da 6X1 causará impacto de R$ 6,6 bilhões aos cofres municipais

Previsto para entrar em vigor ainda em 2026, o fim da escala de trabalho 6x1 deve gerar um impacto de R$ 6,6 bilhões por ano para as prefeituras. Desse montante, R$ 5,14 bilhões são apenas com empresas terceirizadas que prestam serviços aos Municípios. A estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) foi elaborada a partir de uma pesquisa feita com 2.146 gestores locais (38,6% do total) e considera o período total de transição da medida aprovada em outubro.

Em 16 de outubro, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 141, que reduz o limite da jornada semanal para 40 horas e estabelece duas folgas semanais. A transição será composta por dois períodos: queda da jornada para 42 horas semanais dois meses após a promulgação e para 40 horas um ano depois.

Quanto às terceirizadas, a medida prevê o aditamento do contrato entre a empresa fornecedora da mão de obra e a administração um ano após a publicação da emenda constitucional, a fim de promover um reajuste do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de terceirização.

"Para manter o mesmo nível de prestação dos serviços públicos, as empresas terceirizadas precisarão ampliar as contratações e irão repassar esses custos, o que gerará um desequilíbrio nos contratos públicos com as prefeituras. Os Municípios já enfrentam orçamentos no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos serviços podem ser afetados, prejudicando a população", alerta o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

O estudo revela a consolidação da terceirização como uma ferramenta de gestão amplamente disseminada e multifatorial. Diante dessa dependência operacional, a redução da jornada de trabalho para esses trabalhadores levará a



Tomaz Silva / Ag. Brasil

reajustes contratuais bilionários para as prefeituras, ameaçando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população. A CNM acompanhou o debate a respeito do fim da escala 6x1 nos últimos meses, alertando os parlamentares acerca do risco para os cofres públicos e continuará acompanhando o tema, a fim de preservar a sustentabilidade dos caixas municipais.

Confira o estudo pelo QR Code



dos gestores disseram contratar serviços terceirizados



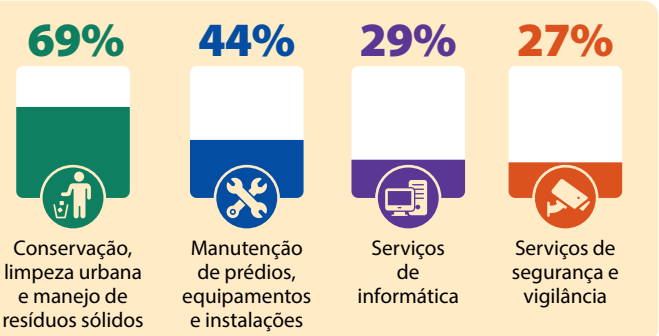
São mais de **1 milhão** de trabalhadores terceirizados

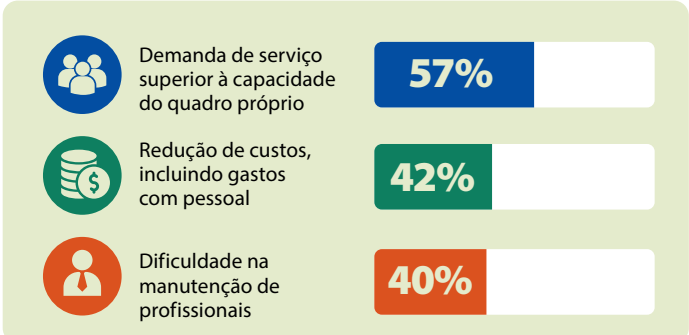


Em **21%** das prefeituras, os terceirizados ultrapassaram **100 profissionais**



Municípios de Pequeno Porte	Cidades Médias	Cidades Grandes
R$ 447 mil **por ano,** em média, com a redução da jornada.	**R$ 2,2 milhões** **por ano,** em média, com a redução da jornada.	**R$ 28,8 milhões** **por ano,** com a redução da jornada.





Saúde

Municípios lideram prevenção de câncer de mama no Outubro Rosa

Outubro é o mês dedicado à conscientização à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer do colo do útero. Por isso, a CNM e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) se unem em prol dessa campanha, com foco na saúde da mulher. Durante todo o mês, a entidade publicou em seu portal uma série de reportagens especiais destacando o importante papel do Município no enfrentamento dessas doenças.

Confira abaixo os principais destaques das ações municipais para garantir a saúde das mulheres. Para ler a reportagem completa, escaneie o QR Code.



» Porto Real do Colégio (AL)

No sertão alagoano, um micro-ônibus pintado de rosa foi transformado em unidade móvel de saúde. O veículo é um verdadeiro consultório que atende as zonas urbana e rural, além da comunidade indígena Kariri Xocó. A busca ativa é um dos pilares centrais da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil para reverter o cenário de mulheres que não realizam os exames preventivos regularmente.

"A busca ativa na prevenção do câncer é essencial porque identifica alterações e lesões em fases iniciais, permitindo o diagnóstico precoce e aumentando as chances de cura. Tivemos a ideia de montar um consultório dentro do micro-ônibus e nele conseguimos realizar as coletas. Fazemos o trabalho em áreas de difícil acesso, à noite, finais de semana e feriados"

Isabelita Conceição, vereadora e idealizadora do projeto.



» Capitólio (MG)

O Município buscou alternativas para se aproximar da população feminina e criou a Casa Rosa. A iniciativa do projeto, em funcionamento desde 2024, foi da ex-primeira-dama do Município, Andressa Ávila. Em 2018, Andressa descobriu um câncer de mama, que evoluiu, em 2023, para uma metástase. Após a situação vivida, ela buscou alternativas para que a busca pelo tratamento fosse o mais cedo possível.

"Tínhamos muitos desafios quando a gente tratava a mulher nas unidades tradicionais de saúde. Dificuldade de localizar as pacientes, ligar e falar que é importante fazer o exame, o preventivo ou a mamografia. Criamos o projeto da Casa Rosa e tudo ficou mais fácil, porque as mulheres foram encaminhadas para esse local acolhedor"

Andressa Ávila, ex-primeira-dama.



» Curimatá (PI)

A integração entre diferentes equipes é um dos fatores-chave para o atendimento à população. A prevenção dos cânceres de mama e do colo do útero na cidade piauiense é feita principalmente por meio da APS, com atuação das equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS), agentes comunitários de saúde e demais profissionais da rede. No Outubro Rosa, são realizadas ações de mobilização e de conscientização.

"As atividades são desenvolvidas de forma intersetorial, envolvendo outras áreas da administração municipal e usando atividades esportivas e espaços comunitários como oportunidades para educação em saúde e promoção de hábitos de vida saudáveis"

Ruth Silva, coordenadora da Vigilância em Saúde.

Artigo

Dez anos da Habitat III: da cooperação global à ação municipal

Em outubro de 2026, completaram-se dez anos da *III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável* (Habitat III), realizada em Quito, no Equador, e da adoção da Nova Agenda Urbana (NAU). O documento reúne princípios e compromissos internacionais que orientam o desenvolvimento das cidades e dos assentamentos humanos.

O que uma agenda global aprovada há dez anos tem a ver com a realidade dos Municípios brasileiros? Como seus compromissos se relacionam com as decisões das equipes municipais e as políticas públicas implementadas nos territórios?

A resposta passa pelo reconhecimento de que é nos Municípios que os desafios da urbanização se manifestam e onde as políticas públicas precisam produzir resultados concretos. A Nova Agenda Urbana articula desenvolvimento econômico, inclusão social, sustentabilidade, governança, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, inovação e cooperação entre níveis de governo, reconhecendo os governos locais como parceiros na formulação e na implementação de seus compromissos.

Para compreender o alcance dessa agenda, é importante revisitar a trajetória das Conferências Habitat, realizadas em intervalos de vinte anos, as quais contribuíram para consolidar uma visão global da urbanização e ampliar o debate sobre moradia adequada e qualidade de vida nos assentamentos humanos.

Realizada em Vancouver, no Canadá, em 1976, a Habitat I estabeleceu as bases dessa agenda ao reconhecer a moradia adequada como questão central do desenvolvimento urbano. Em 1996, a Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia, ampliou esses compromissos com a adoção da Declaração de Istambul e da Agenda Habitat, reconhecendo também os governos locais como parceiros na implementação da agenda global.

Vinte anos depois, a Habitat III consolidou essa trajetória com a adoção da Nova Agenda Urbana, cuja formulação reuniu contribuições dos governos nacionais, subnacionais e locais. A *Segunda Assembleia Mundial de Governos Locais e Regionais*, realizada durante a Conferência, fortaleceu a participação desses atores na construção da agenda. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) esteve presente, reafirmando a importância da representação municipal nos espaços multilaterais de diálogo e negociação de compromissos globais.

No Brasil, a evolução da agenda urbana também se relaciona à construção de marcos legais e institucionais. A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo à política urbana e reconheceu a função social da propriedade. Posteriormente, o Estatuto da Cidade regulamentou dispositivos constitucionais e estabeleceu diretrizes para a política urbana, incluindo o direito a cidades sustentáveis.

No âmbito municipal, esses marcos exigem capacidade para diagnosticar problemas, definir prioridades, mobilizar recursos, articular políticas setoriais e formular soluções adequadas às características de cada território. A atuação dos governos locais não se limita à execução de diretrizes formuladas por outras esferas: envolve planejamento, capacidade técnica, coordenação federativa e participação social.

A implementação da Nova Agenda Urbana requer, ainda, cooperação entre os níveis de governo, condições institucionais e financeiras adequadas e intercâmbio de experiências. Nesse processo, as associações municipalistas nacionais e internacionais desempenham papel estratégico na representação dos interesses locais e na articulação entre agendas globais e prioridades locais. No Brasil, a CNM contribui para essa aproximação por meio da defesa da autonomia municipal, da mobilização e capacitação de gestores e da articulação institucional. Sua participação na Habitat III e nos debates internacionais sobre moradia e desenvolvimento urbano fortalece a representação dos Municípios e a cooperação entre governos.

No cenário internacional, a CNM já implementou sete projetos com parcerias internacionais, sendo o mais recente o InovaJuntos – cooperação triangular urbana para inovação e sustentabilidade, que promoveu o desenvolvimento local por meio da vocação territorial, realizando um diagnóstico participativo e construindo um laboratório de inovação nos Municípios brasileiros, além de promover a cooperação internacional entre os participantes, com 20 Municípios brasileiros, oito portugueses e 16 latino-americanos.

Dez anos após a Habitat III, a implementação da Nova Agenda Urbana permanece um processo contínuo, o qual exige o fortalecimento da governança multinível e das capacidades municipais para promover o desenvolvimento urbano sustentável, reduzir desigualdades territoriais, ampliar o acesso à moradia adequada e efetivar o direito à cidade.

Dra. Karla França – Geógrafa, pós-doutoranda no CEAPG/FGV-SP e analista técnica da área de Desenvolvimento Urbano na CNM.

Thaís Mendes – Internacionalista, analista técnica do MMM e coordenadora das Áreas Técnicas na CNM.

Finanças

Confira as orientações da prorrogação do prazo para opção pelo Simples Nacional

A opção pelo Simples Nacional para 2027 pôde ser formalizada no Portal do Simples Nacional até 15 de outubro de 2026 e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027. O prazo foi postergado pela Resolução CGSN 194/2026, que prorroga também a opção, em relação às empresas optantes, pelo regime regular do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) no ano-calendário de 2027.

Para a CNM, a alteração é relevante, e a entidade destaca a importância de os gestores municipais estarem atentos especialmente quanto à análise das solicitações de ingresso no Simples Nacional e à identificação das pendências impeditivas, cuja regularização passou a ter como limite o dia 30 de outubro de 2026. A entidade reforça, ainda, que os Municípios devem acompanhar as solicitações e os procedimentos relacionados ao Simples Nacional e orientar os contribuintes acerca dos novos prazos estabelecidos pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Antes prevista para encerrar no dia 30 de setembro, a resolução ofereceu mais tempo para que as empresas regularizassem sua situação e exercessem as opções que produzirão efeitos em 2027, ano em que a CBS passa a substituir a Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).



Novos prazos

As empresas optantes pelo Simples Nacional têm mais tempo para escolher o regime regular de apuração e recolhimento do IBS e da CBS no primeiro semestre de 2027. O prazo de adesão no Portal do Simples Nacional foi até 30 de outubro de 2026, e a mudança passará a valer a partir de 1º de janeiro de 2027.

Aos optantes pelo regime regular, as parcelas relativas ao IBS e à CBS deixam de ser devidas pelo Simples Nacional entre janeiro e junho de 2027, e esses tributos passam a ser apurados e recolhidos conforme as regras do regime regular. Assim como ocorre com a opção pelo Simples Nacional, a opção pelo regime regular do IBS e da CBS poderá ser cancelada, em caráter irretratável, entre 3 de novembro e 20 de dezembro de 2026.

A nova resolução também ajusta as regras aplicáveis às empresas em início de atividade. Os prazos gerais de opção previstos para 2027 não se aplicam às empresas que realizarem a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) entre 16 de outubro e 31 de dezembro de 2026, no caso da opção pelo Simples Nacional.

Já para a opção pela apuração e pelo recolhimento do IBS e da CBS pelo regime regular, a exceção alcança as empresas que realizarem a inscrição no CNPJ entre 31 de outubro e 31 de dezembro de 2026.

Confira os principais prazos:

- opção pelo Simples Nacional para 2027 até 15 de outubro de 2026;
- regularização de pendências após indeferimento até 30 de outubro de 2026;
- opção pelo regime regular do IBS e da CBS para janeiro a junho de 2027 até 30 de outubro de 2026;
- cancelamento da opção pelo Simples Nacional de 3 de novembro a 20 de dezembro de 2026;
- cancelamento da opção pelo regime regular do IBS/CBS de 3 de novembro a 20 de dezembro de 2026.



Jurídico

Proposta que pode impactar nas pautas-bomba tem mais um avanço no STF

Um importante pleito defendido pela CNM para impedir que sejam criadas novas obrigações impostas aos Municípios sem estimativa de impacto orçamentário e financeiro ou indicação de medidas compensatórias, conhecidas como pautas-bomba teve mais um avanço no Supremo Tribunal Federal (STF). Em tramitação na Corte, a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 150 visa consolidar o entendimento acerca de projetos de lei que criem despesas obrigatórias ou envolvam renúncia de receita. Um ofício foi encaminhado pela Presidência da Corte a todos os ministros para que eles possam se manifestar em um prazo de 15 dias sobre essa proposta.

Na prática, a medida que tem a Confederação como protagonista – a primeira entidade municipalista aceita como *amicus curiae* (amigo da corte) no Supremo – pretende frear o avanço de pautas-bomba. Nesse aspecto, a súmula vinculante é um instrumento que consolida a jurisprudência do STF a partir de reiteradas decisões sobre matéria constitucional. O verbete da PSV 150 traz, por exemplo, que "os projetos são considerados nulos quando não têm previsão de impacto orçamentário-financeiro ou quando se descumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)".

Se aprovado, o enunciado será de observância obrigatória pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Isso significa que a medida busca consolidar o entendimento da Corte sobre a necessidade de estimativa do impacto orçamentário e financeiro de leis que criem despesas obrigatórias ou impliquem renúncia de receita. Por isso, a PSV 150 deve permitir aos Municípios, por meio da CNM, questionarem no Judiciário caso sejam aprovadas leis ou mesmo emendas à Constituição desprovidas da respectiva indicação de recursos ou medidas compensatórias.



EBC

Eficácia

Atualmente, a única alternativa de questionamento ao Supremo seria por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), mas os Municípios não estão legitimados para ingressar por meio dessas medidas. Por isso, o avanço da PSV 150 representa uma alternativa eficaz para os obstáculos impostos pela ausência de legitimação para ADI e ADC. "Essa Súmula é estratégica para o federalismo e para a articulação dos Municípios. A partir dela, toda e qualquer matéria/legislação que não definir impacto financeiro-orçamentário poderá ser levada ao STF por uma via própria, que seria por meio de uma Reclamação direta. Nela, não estaremos submetidos aos obstáculos dos legitimados na proposição de ADI e ADC, ou seja, a CNM estará apta a levar essas matérias diretamente ao STF. É um antídoto para o combate às pautas-bomba, que podem trazer impacto de R$ 80 bilhões por ano somente com pisos salariais em 33 carreiras", explica o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A CNM já se manifestou de forma muito ampla sobre os impactos das pautas-bomba e a impossibilidade de se manifestar no Judiciário por não ser legitimada na ADI e ADC. O avanço da PSV 150, o que foi referido nos autos que tramitam no STF, vai permitir questionamentos do movimento municipalista sobre essas matérias por meio de entidades representativas previstas na lei das associações e, toda vez que o Judiciário tem uma Súmula Vinculante, ela tem de ser obedecida.



Congresso Nacional

Congresso aprova proposta impacto significativo aos Mu

Propostas com impactos significativos para os Municípios avançaram no Congresso Nacional no período eleitoral mesmo com os sucessivos alertas feitos pela CNM sobre as consequências para as administrações locais. Criticada pela entidade municipalista, a aprovação dessas matérias a toque de caixa, como o fim da escala 6x1, a aposentadoria especial para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Combate às Endemias (ACE) e o piso salarial de farmacêuticos, deve trazer oneração bilionária nos próximos anos se não for definida a fonte de custeio adequada pelo governo federal.


EBC

Utilizada como medida popular em período eleitoral, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, convertida na Emenda Constitucional (EC) 141/2026, revoga a escala em que se trabalha seis dias e se folga um, garantindo duas folgas semanais, com uma delas preferencialmente aos domingos. O texto também reduz o limite da jornada semanal para 40 horas, sem redução salarial. Essa medida deve impactar os cofres municipais em R$ 6,6 bilhões anuais, considerando R$ 1,49 bilhão em gastos com contratações diretas e R$ 5,14 bilhões com funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviços aos Municípios.

A CNM detalha esses custos em um estudo que pode ser acessado na página 3 desta edição. “Para manter o mesmo nível de prestação dos serviços públicos, as administrações precisarão gastar mais, o que irá agravar o desequilíbrio fiscal. Os Municípios já enfrentam orçamentos no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos

Segurança Pública

Apesar do adiamento da análise, o possível avanço do texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, preocupa muito o movimento municipalista por barrar a atuação dos Municípios sem garantia de financiamento. Sob o pretexto de modernizar a segurança nacional, a União consolida a prática recorrente de repasse sistemático de obrigações e a transferência de responsabilidades aos Municípios.

A PEC prevê a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional. No entanto, no momento de definir a transferência obrigatória e independentemente de convênio, o texto destina 50% dos fundos exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal, excluindo os Municípios da partilha obrigatória, ou seja, dos recursos nacionais de segurança.

Piso dos farmacêuticos

Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 1.559/21 terá impacto de R$ 309 milhões por ano para os caixas municipais com o piso salarial de R$ 6.500 para farmacêuticos. Aproximadamente oito a cada dez ocupações (82%) serão afetadas pela proposta. Esses profissionais estão presentes em todos os níveis de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), nos quais existem ações de assistência farmacêutica e dispensação de medicamentos, como as farmácias básicas e de medicamentos especializados.

A proposta não apresenta fonte de custeio adequada para o seu financiamento, sendo uma afronta ao disposto na Emenda Constitucional 128/2022. O texto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

as com unicípios


EBC

serviços podem ser afetados, prejudicando a população", reforça o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

» Aposentadoria ACE e ACS

Promulgada na mesma sessão solene, a EC 140/2026, que trata da aposentadoria especial do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE), deve impactar em R$ 70 bilhões para os cofres municipais nas próximas décadas, com custo anual de R$ 4,3 bilhões, ao agravar déficits previdenciários e comprometer a sustentabilidade fiscal dos Municípios.

O alerta da CNM ocorreu durante toda a tramitação da matéria, sendo reforçado nos últimos meses ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e a outros parlamentares, tanto na *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio, quanto na *Mobilização Municipalista*, em julho. Nas ocasiões, o presidente Paulo Ziulkoski fez questão de deixar claro que o movimento municipalista não é contra a valorização de qualquer categoria, desde que sejam definidos a origem dos recursos e o apoio do governo federal aos Municípios para o custeio.

Além do impacto fiscal, a proposta apresenta vícios de inconstitucionalidade ao impor aos Municípios regras previdenciárias e funcionais com elevado impacto financeiro, interferindo na autonomia administrativa, orçamentária e previdenciária dos Entes locais. A medida também compromete o equilíbrio federativo, consolidado com a Emenda Constitucional 103/2019, que estabeleceu autonomia para os Municípios legislarem em matéria previdenciária.

PEC 221/2019

Extingue a escala 6x1 como regra e reduz a jornada máxima de trabalho no Brasil.

Situação
Promulgada, convertida na EC 141/2026.

Impacto após a transição
R$ 6,6 bilhões anuais

PEC 18/2025

Reformula a gestão e as competências de segurança pública no Brasil.

Situação
Análise foi adiada pelo Congresso, mas deve ficar no radar do movimento municipalista.

Impacto após a transição
Sem garantia de financiamento para os Municípios.

PEC 14/2021

Estabelece regras diferenciadas de aposentadoria e a regularização do vínculo funcional para os ACE e ACS.

Situação
Promulgada, convertida na EC 140/2026.

Impacto após a transição
R$ 4,3 bilhões anuais
e R$ 70 bilhões nas próximas décadas.

PL 1.559/2021

Estabelece o piso salarial nacional para os profissionais farmacêuticos.

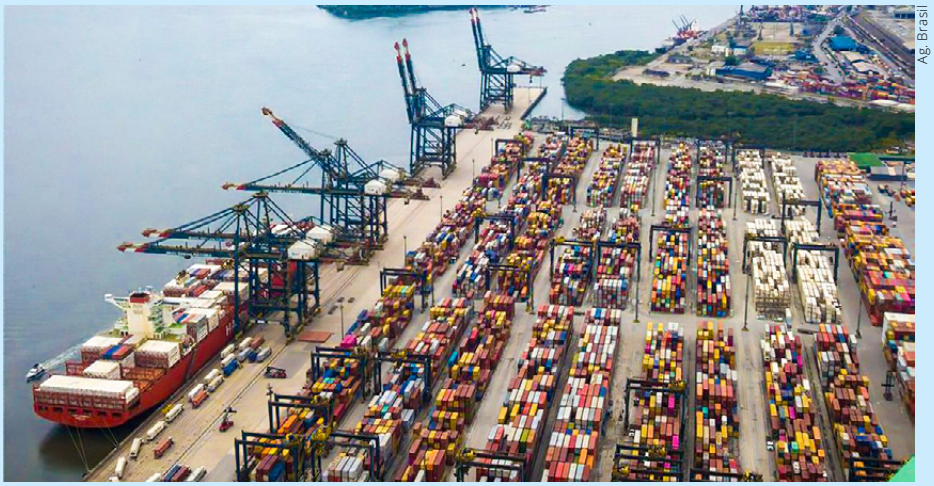
Situação
Aguarda análise da CCJ da Câmara.

Impacto após a transição
R$ 309 milhões por ano
para os caixas municipais.

Estudos Técnicos e Finanças

Estudo mostra impacto de R$ 66,8 bi para os Municípios com tarifaço

Desde o primeiro anúncio do tarifaço feito pelo governo dos Estados Unidos aos produtos brasileiros, 1.135 Municípios tiveram impacto negativo com as medidas. Os valores dos prejuízos contabilizados para a economia local chegam a R$ 66,8 bilhões, com maiores retrações em cadeias produtivas do petróleo, café, suco de laranja, ferro-gusa e silvicultura. Os registros entre agosto de 2025 e julho de 2026 são considerados o menor patamar de exportações de produtos brasileiros para os norte-americanos desde o ano de 2021, com retração de 12,3% para 9,4% no período.


Ag. Brasil

Desse total de Entes que tiveram prejuízos, 271 chegaram a zerar suas vendas para o mercado norte-americano. Antes do anúncio feito pelos estrangeiros, essas cidades tinham receitas de R$ 588 milhões com as exportações. Os outros 864 Municípios afetados registraram queda média de 30% no valor exportado. O estudo ainda indica que 657 desses, ou 58% do total de afetados, não conseguiram acomodar a perda do mercado americano com outros parceiros comerciais, sendo as mais severas registradas, principalmente, pelos Entes considerados de pequeno porte.

Entre os produtos com sobretaxa, os cinco mais afetados e mencionados no levantamento contabilizaram reduções. Somados, os impactos negativos chegaram a US$ 1 bilhão. As reduções nas receitas do petróleo e do café foram acompanhadas pela diminuição no volume embarcado desses produtos, respectivamente, em 28% e 43%. No caso do suco de laranja, os prejuízos decorreram da queda de 33,7% no preço médio, mesmo com a identificação de crescimento de 13,6% no volume exportado. Já o ferro-gusa e a cadeia de silvicultura tiveram, no período analisado, reduções nas quantidades exportadas e nos preços médios.

Diante desse cenário, a CNM reitera a importância de buscar mais parcerias como opções em várias frentes que possam minimizar os efeitos em momentos de instabilidade. “O protecionismo, as barreiras sanitárias e as tensões geopolíticas globais tendem a gerar efeitos duradouros. Para proteger a arrecadação e garantir a manutenção dos empregos locais, é necessário reduzir a dependência de um único comprador, fortalecendo a diversificação produtiva e comercial no mercado interno e com novos parceiros internacionais”, aconselha o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Confira a íntegra do estudo:



Políticas sobre Drogas

Problemas com a circulação de drogas atingem 83,3% dos Municípios

A maioria (83,3%) dos Municípios brasileiros tem problemas com a circulação de drogas, revela estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Neste grupo, é predominante a percepção de que o desafio é significativo, sendo considerado alto por 37,1% e médio por 43,9%. Outros 17,5% consideram baixo.



Paulo Pinto / Ag. Brasil

"Para enfrentar esse cenário de grave disseminação da circulação de drogas e seus impactos para a saúde e a segurança dos brasileiros, é necessário o fortalecimento da cooperação entre os Entes federados, já que é um tema de responsabilidade do governo federal. É fundamental ampliar os mecanismos de cooperação técnica e de cofinanciamento que permitam aos Municípios estruturar e consolidar suas ações", afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Uma fragilidade central identificada no estudo é a ausência de financiamento dos outros Entes federados à questão relacionada às drogas nos Municípios. Cerca de 88,1% dos Municípios pesquisados não têm Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas e 77,2% dependem de recursos próprios para executar ações na área. Apenas 3% usam o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), demonstrando dificuldades de acesso, insuficiência de recursos disponíveis ou ausência de mecanismos de transferências diretas.

Planos e financiamento

Ainda que enfrentem dificuldades nas respostas à circulação de drogas, os Municípios têm mobilizado esforços nesse sentido. Atividades de prevenção ao uso de entorpecentes, como campanhas e palestras, são as mais comuns (81,6%). Em seguida estão ações de assistência social, como as desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e equipamentos de acolhimento (77,5%). Em terceiro lugar, com 71,2%, ficam a atenção e o cuidado no âmbito da saúde. Esse retrato indica atuação disseminada nos Municípios brasileiros.

Apesar dessas ações e do reconhecimento da relevância do problema, poucas prefeituras conseguiram, em um cenário de aumento das obrigações e de escassez de recursos, conciliar a estrutura de governança da política pública. Em 77,2% dos Municípios não há Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e em 72,2% não há Plano Municipal de Políticas sobre Drogas, instrumentos orientadores das ações de prevenção, cuidado, reinserção social e redução de danos, em integração multisetorial.

A CNM destaca que a ausência dessas ferramentas fragiliza a estruturação das políticas públicas na área. Esse cenário é especialmente preocupante, uma vez que, embora as diretrizes nacionais orientem a organização dessas políticas, é nos Municípios que se concretiza a maior parte das ações de resposta ao uso ou à dependência de drogas. Por esse motivo, a entidade reforça a necessidade de atuação efetiva da União e de Estados no financiamento e no enfrentamento do problema.

Confira o estudo na íntegra:

Principais áreas afetadas pela circulação de drogas nos Municípios



Defesa Civil

Evento reúne 800 participantes em debate sobre desafios da Defesa Civil

Agentes de defesas civis de todo o país marcaram presença em Brasília para intensificar os debates sobre o fortalecimento da capacidade dos Municípios na prevenção e na gestão de riscos e desastres, além dos desafios das prefeituras no enfrentamento das mudanças climáticas. Conduzido pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, o *II Encontro Nacional de Defesas Civis Municipais* reuniu cerca de 800 participantes para trocar experiências com autoridades e especialistas na sede da entidade.

O líder municipalista mencionou as dificuldades locais com os efeitos das mudanças climáticas, especialmente pela população que vive em áreas de risco. "Quero brigar junto com vocês para melhorar toda a realidade, não só de vocês, mas de quem está lá na ponta, daquele que colocou uma casa numa área de risco e não é removido e de novo vai ter enchente, vai ter fogo, porque nós não nos organizamos politicamente. Diagnóstico todo mundo dá, dados todo mundo informa, nós precisamos ver como vamos avançar com estes dados", lamentou.

Convidado para o evento, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes trouxe orientações acerca da Governança na Defesa Civil Municipal, com destaque para a necessidade de as gestões locais estruturarem corretamente a área de Defesa Civil. "A gente sabe que os Municípios não têm uma estrutura adequada e não têm treinamento para fazer a boa governança e a prevenção. Inundações, enxurradas, secas, deslizamentos estão acontecendo e vão acontecer cada vez mais", enfatizou.

Políticas sociais

A importância das políticas sociais voltadas ao contexto de riscos e desastres e das mudanças climáticas reuniu especialistas, colaboradores da CNM e representantes municipais que trouxeram contribuições a serem implementadas em situações de vulnerabilidade em diversas áreas da administração local. Nesse aspecto, painéis do evento enfatizaram algumas ações focadas nos Municípios, entre elas, as relacionadas ao excesso de chuvas e à seca severa. A programação ainda reuniu boas práticas que podem servir de referência para outros Municípios.

Acesse a Galeria de Fotos do evento no QR Code:

Educação e Financiamento

Outras discussões focaram ações de educação para prevenção e respostas a desastres, assim como a captação de recursos para a Defesa Civil. A educação para a redução do risco de desastres também foi tema em um dos painéis. Ainda foi destaque do evento o debate acerca do financiamento e do fortalecimento institucional das defesas civis municipais. Os participantes debateram a insuficiência de recursos repassados aos Municípios e conheceram a plataforma Êxitos, ferramenta da CNM que reúne fontes de recursos para prevenção e mitigação de desastres direcionadas a cada Município.

Fala Defesa Civil

Ainda no evento, ocorreu o lançamento do *Fala Defesa Civil*, canal de diálogo direto com os gestores das áreas ligadas à defesa civil municipal, uma oportunidade de conhecer melhor a realidade municipal, entender os principais desafios, experiências e soluções relacionadas à Proteção e Defesa Civil em contextos de riscos e desastres.

Acesse o conteúdo no QR Code.



Meio Ambiente

Desastres afetam quase 7 milhões de pessoas em mais de mil Municípios

Fenômenos climáticos como ondas de calor, seca, vendavais e inundações afetaram 6,9 milhões de brasileiros entre 1º de julho e 30 de setembro, de acordo com a segunda edição do *Boletim El Niño 2026/2027*, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Nesse período, 1.035 Municípios emitiram decretos de situação de emergência e/ou estado de calamidade pública e registraram 25 mortes causadas por esses desastres.

Confira a publicação na íntegra

Esse cenário pode se agravar ainda mais nos próximos meses. A probabilidade de ocorrência de um *El Niño* muito forte de outubro a dezembro é superior a 95%, de acordo com a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês). No trimestre anterior, 87,7 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas. Já os prejuízos econômicos somaram R$ 12,6 bilhões.

Além de serem impactados pelos eventos climáticos, os Municípios sofrem com a insuficiência de recursos federais para gestão de riscos e de desastres. Entre 2010 e setembro de 2026, apenas R$ 27 bilhões dos R$ 99,8 bilhões autorizados pelo governo federal para esse fim foram efetivamente repassados às prefeituras, o que representa 27,05% do orçamento total.

"Apesar da gravidade dos fenômenos climáticos, cada vez mais frequentes e intensos, os recursos efetivamente pagos pelo governo federal ficam muito aquém das necessidades dos Municípios, aumentando a vulnerabilidade da população. As despesas para a prevenção e a resposta aos desastres não são obrigatórias. Isso faz com que a execução orçamentária seja historicamente insatisfatória", alerta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

CNM orienta prefeituras

A CNM acompanha de perto os possíveis impactos do *El Niño* e tem orientado as prefeituras a reforçarem a prevenção e a preparação para o fenômeno climático, com atualização dos planos de contingência, mapeamento de áreas de risco, organização de abrigos, rotas de evacuação e comunicação com a população.

Confira aqui mais orientações.

Principais prejuízos dos desastres no Brasil



NORTE
R$ 822,7 milhões
Aceleração da vazante dos rios Amazonas, Madeira e Tapajós afetou a navegabilidade e a segurança hídrica



NORDESTE
R$ 5,7 bilhões
Seca e estiagem têm prejudicado principalmente o agronegócio



CENTRO-OESTE
R$ 281,9 milhões
Região enfrentou incêndios florestais em áreas não protegidas, baixa umidade relativa do ar e piora da qualidade do ar, além de chuvas intensas e ventos fortes



SUDESTE
R$ 4 bilhões
Vendavais, deslizamentos, granizo e inundações provocaram danos e interrupções no fornecimento de energia



SUL
R$ 1,8 bilhão
Chuvas intensas e temporais severos causaram deslizamentos, alagamentos, inundações, vendavais, granizo e ocorrência de tornado

Boas Práticas

Protagonismo feminino e igualdade racial: práticas que transformam Municípios

O protagonismo feminino e a luta pela igualdade racial têm se consolidado como pilares centrais da gestão pública e da transformação social em Municípios brasileiros. Por meio do resgate histórico e do fortalecimento de políticas públicas afirmativas, os Entes locais vêm implementando boas práticas municipais para valorizar a memória, ampliar a representatividade e garantir direitos às mulheres e à população negra. Essas boas práticas ainda têm o objetivo de chamar a atenção para a campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", que se inicia no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra no país. O objetivo é trazer reflexões acerca dos variados cenários da violência de gênero contra meninas e mulheres, com a contextualização de suas vulnerabilidades.

Os bons exemplos de enfrentamento desta realidade vêm de regiões distintas do Brasil, como as cidades de Lajes, no Rio Grande do Norte, e Goiás, no Estado de Goiás. Em Lajes, a gestão municipal destaca a importância de resgatar a figura histórica de Alzira Soriano, reconhecida como a primeira prefeita eleita no Brasil e na América do Sul, em 1929. De acordo com a secretária da Mulher do Município, Carol Salviano, resgatar essa trajetória vai muito além das páginas dos livros de história.

"Aqui em Lajes, nós temos trabalhado para que a história de Alzira Soriano não fique restrita aos livros. Criamos a Semana Alzira Soriano, que vem se consolidando como uma agenda de valorização da memória, da cultura e do protagonismo feminino", afirma Salviano.

Para a secretária, o resgate da memória conecta-se diretamente com a formação das futuras gerações e com o fortalecimento da autoestima local. "Quando investimos nisso, estamos também educando para o futuro. Queremos que as nossas meninas conheçam a história de Alzira Soriano, mas também compreendam que os direitos conquistados precisam ser defendidos e ampliados", ressalta Carol Salviano.

Igualdade racial

No Município de Goiás (GO), a atuação da Secretaria de Igualdade Racial é impulsionada pela vivência de Elenízia da Mata, no comando da pasta, cuja identidade como mulher negra e quilombola molda sua visão e compromisso na gestão pública.

"Ser uma mulher negra e quilombola constitui a minha essência e, obviamente, o meu olhar para o mundo, para as políticas públicas, inclusive para a ocupação da política partidária", relata Elenízia da Mata. Relembrando suas origens em comunidade tradicional e a superação de escassezes, a secretária destaca como essa bagagem direciona sua atuação profissional. "Fome e sede de justiça estão no meu DNA de luta e nas agendas que eu assumo como sendo primordiais na minha atuação. Eu sempre me declaro como uma mulher que está dentro da política pautada na luta antirracista e pelos direitos das mulheres", destaca.

Na prática, o Município de Goiás apresenta avanços significativos na consolidação de políticas afirmativas e na inclusão social. "No Município de Goiás, nós já temos implementadas as cotas raciais há nove anos, e elas têm como compromisso primeiro fazer com que na gestão municipal exista a presença de pessoas negras em todas as estruturas de poder, sendo válida tanto para contratos quanto para concursos oficiais", pontua a secretária.

A gestão municipal atua ainda na canalização de recursos para microempreendedores negros e mulheres por meio do Banco Popular, além de incentivar um novo olhar sobre o turismo na região. "Temos avançado com a perspectiva de vermos um turismo que se preocupe e se ocupe de contar outras narrativas que não só as hegemônicas do branco colonizador que aqui chegou", conclui Elenízia da Mata, destacando a iniciativa como uma importante forma de reparação histórica e inspiração para todo o país.

Confira mais em nossa reportagem na *TV Portal CNM*



Na Mídia

CNM é citada mais de 1,5 mil vezes em notícias veiculadas em outubro

Apenas no mês de outubro, foram veiculadas mais de 1.500 notícias que fazem menção à CNM. Em destaque, a atuação da entidade em temas de importância para os gestores locais que são discutidos no Congresso Nacional, com as chamadas "PEC 6x1" e "PEC da Segurança Pública". Os temas foram destaque em grandes veículos como *O Globo*, *Estadão* e CNN.




ESTADÃO

Notícia • Estadão / Economia

Municípios devem ter impacto de R$ 6,6 bilhões por ano com fim da escala 6x1, estima CNM

Para manter nível de prestação dos serviços, terceirizadas precisarão ampliar contratações e irão repassar custos, gerando desequilíbrio nos contratos, diz entidade


CNN BRASIL MONEY

CNM: Fim da 6x1 custará R$ 5 bi em serviços terceirizados para municípios

Levantamento da CNM considera redução da jornada semanal para 40 horas e reajustes nos contratos com prefeituras

Beatriz Oliveira, da CNN Brasil, em São Paulo

15/10/26 às 20:37 | Atualizado 16/10/26 às 12:40

O **fim da escala de trabalho 6x1** deve gerar um **custo adicional de R$ 5,14 bilhões** por ano aos cofres municipais com serviços terceirizados, de acordo com estimativa da **CNM (Confederação Nacional de Municípios)**.

O Portal UOL destaca o seguinte trecho de entrevista do presidente da entidade:

"Os municípios já enfrentam orçamentos no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos serviços podem ser afetados, prejudicando a população. Paulo Ziulkoski, presidente da CNM".

uol

Economia

Inflação e PIB vão definir impacto do fim da escala 6x1 nas contas públicas

Alexandre Novais Garcia • Do UOL, em São Paulo
19/10/2026 05h30



Reação de cada setor econômico pode atenuar ou catalisar impactos das novas regras sobre contas públicas, apontam especialistas
Imagem: Karime Xavier/Folhapress

Além disso, os principais levantamentos feitos pela Confederação também ganharam destaque na imprensa nacional. Entre os levantamentos de destaque, estão os dados divulgados sobre a situação das drogas nos Municípios. O levantamento foi feito através de pesquisa realizada pela entidade diretamente com os gestores municipais.


CORREIO BRAZILIENSE

Brasil

SAÚDE PÚBLICA

Sem meios contra droga


Opinião

10 • Correio Braziliense • Brasília, quinta-feira, 1º de outubro de 2026

VISÃO DO CORREIO

Cidadão está por conta própria contra o crime organizado

O assunto foi destaque em 172 jornais. Entre eles, o caderno de opinião e a reportagem do Correio Braziliense. Os dados também foram destacados em reportagem do O Estado de S. Paulo.

Eventos climáticos

No período, os jornais nacionais e locais divulgaram dados de levantamento feito pela entidade acerca dos eventos climáticos. A CNM destacou que, desde julho, os desastres deixaram 25 mortos e R$ 12,6 bilhões em perdas no país.

O assunto foi destaque em 270 matérias. Entre os veículos, jornais como Folha de S.Paulo, TV Jovem Pan, além de jornais regionais, como O Sul.


FOLHA DE S.PAULO

EL NIÑO — MUDANÇA CLIMÁTICA

Eventos climáticos desde julho deixam 25 mortos e R$ 12,6 bi em perdas no país, diz confederação

- CNM, que representa municípios, diz que velha represada enfraquece resposta local [illegible] providências administrativas [illegible]
- Proposta do Executivo para 2027 reserva R$ 1,8 bilhão do programa às prefeituras

SÃO PAULO Desastres provocados por mudanças climáticas afetaram 6,9 milhões de pessoas em 1.035 municípios brasileiros de julho a setembro, em um trimestre marcado por chuvas intensas e outros eventos extremos, segundo relatório da CNM (Confederação Nacional de Municípios). A entidade alerta que o El Niño deve favorecer a ocorrência de novos desastres nos próximos meses.

Foram 25 mortes e 877 mil pessoas obrigadas a deixar suas casas no período. Os prejuízos econômicos chegaram a R$ 12,6 bilhões, principalmente na agricultura e na pecuária, de acordo com o levantamento.

Alagamento na Vila Sadora, na zona leste de São Paulo, após as fortes chuvas que atingiram a capital paulista; região, localizada na várzea do rio Tietê, é historicamente sujeita a inundações - Allison Sales - 14.set.26/Folhapress


O SUL

BRASIL

Em três meses, quase 7 milhões de brasileiros foram afetados por fenômenos climáticos

Por Redação O Sul | 6 de outubro de 2026

COMPARTILHE ESTA NOTÍCIA:

LEIA TAMBÉM NOTÍCIA CLICANDO AQUI

Entre 1º de julho e 30 de setembro, 6,9 milhões de brasileiros foram impactados por fenômenos climáticos como ondas de calor, seca, vendavais e inundações. Nesse período, 1.035 municípios emitiram decretos de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Nesses locais, foram registradas 25 mortes causadas por esses desastres. Os dados são da segunda edição do Boletim El Niño 2026/2027, elaborado pela CNM (Confederação Nacional de Municípios).

O levantamento aponta ainda que 877 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas e que os prejuízos econômicos somaram R$ 12,6 bilhões.

Entre os R$ 2,6 bilhões de prejuízos públicos, o destaque é para abastecimento de água potável (R$ 1,8 bilhão), seguido por obras de infraestrutura pública (R$ 557,8 milhões) e assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências (R$ 562,8 milhões).

Conexão CNM

Confira agenda de capacitações técnicas para equipes municipais

A CNM segue com o compromisso de fortalecer a gestão pública local e oferece qualificações gratuitas para Municípios filiados. Em novembro, a programação do Conexão CNM – Qualifica segue em todas as regiões brasileiras, levando capacitação para os gestores e os servidores municipais. Confira a agenda abaixo e participe!

Inscrições

As inscrições podem ser feitas pelo *site* do *Conexão CNM*. Os participantes receberão materiais de apoio por *e-mail*, aplicativo e/ou WhatsApp. Durante os encontros, os inscritos participarão das aulas e das arenas técnicas, com carga horária média de 10 horas.

NORTE

Jurídico, Rotina de Compras, Educação e Finanças:
- **23/11 –** Palmas (TO)
- **24/11 –** Belém (PA)
- **25/11 –** Santarém (PA)
- **27/11 –** Manaus (AM)



Conexão CNM
Imersão
Qualifica
Mentoria

NORDESTE

Segurança Alimentar, Assistência Social, Finanças, Meio Ambiente e Educação:
- **26/11 –** Salvador (BA)

Planejamento Territorial e Habitação, Transporte e Mobilidade, Obras, Transferências e Parcerias, Educação, Meio Ambiente e Finanças:
- **23/11 –** Natal (RN)
- **24/11 –** João Pessoa (PB)
- **25/11 –** Recife (PE)
- **26/11 –** Maceió (AL)
- **27/11 –** Aracaju (SE)

Finanças e Desenvolvimento Rural:
- **23/11 –** Fortaleza (CE)
- **25/11 –** São Luís (MA)
- **26/11 –** Teresina (PI)

SUDESTE

- **27/11 –** São Paulo (SP) (LGPD, Segurança Pública, Finanças e Poder Legislativo)
- **27/11 –** São José do Rio Preto (SP) (Finanças e Desenvolvimento Rural)

Segurança Alimentar, Assistência Social, Finanças, Meio Ambiente e Educação:
- **23/11 –** Montes Claros (MG)
- **24/11 –** Belo Horizonte (MG)
- **25/11 –** Vitória (ES)
- **27/11 –** Campinas (SP)

CENTRO-OESTE

Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e Cultura:
- **23/11 –** Sinop (MT)
- **25/11 –** Cuiabá (MT)
- **26/11 –** Rondonópolis (MT)

Saneamento, Turismo Rural, Educação e Inteligência Artificial:
- **23/11 –** Campo Grande (MS)
- **24/11 –** Goiânia (GO)

SUL

LGPD, Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, Finanças e Poder Legislativo:
- **23/11 –** Bento Gonçalves (RS)
- **24/11** – Porto Alegre (RS)
- **25/11 –** Florianópolis (SC)
- **26/11 –** Curitiba (PR)

Créditos

Presidente: Paulo Ziulkoski • Jornalista responsável: Mabília Souza • Reportagens: Allan Oliveira, Giulia Soares, Lívia Villela, Mabília Souza, Marcella Fernandes, Raquel Montalvão e Victor Gomes. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Agência CNM • Revisão: KM Publicações • *Design*: Eduardo Viana | Themaz Comunicação
Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • *E-mail*: atendimento@cnm.org.br . O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.